



24

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335894-7

Autor: Município de Correntes

Advogado: Dr. Joseylton Anderson de Vasconcelos

Réu: Adenilsa Lino da Silva

Advogado: Dr. Marcos Antônio Inácio da Silva

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO, APELAÇÃO CÍVEL, PISO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. LEI Nº 11.738/2008. APLICAÇÃO DA PROPORCIONALIDADE DA JORNADA DE TRABALHO EXERCIDA. INOBSERVÂNCIA DA LEI MUNICIPAL Nº 535/2011 QUANTO AO RESGUARDO DE UM TERÇO DA JORNADA DE TRABALHO DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO PARA ATIVIDADES EXTRACLASSE. PREVISÃO CONTIDA NO § 4º, DO ART. 2º DA LEI Nº 11.738/2008. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DAS HORAS TRABALHADAS EM SALA DE AULA. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Nos termos dos §§ 1º e 2º, do art. 2º da Lei Federal 11.738/2008 o piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica é de R\$ 950,00 (valor histórico) mensais, para jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, todavia, os dispositivos indicados devem ser interpretados de forma sistemática com o § 3º do mesmo artigo, que determina o uso da proporcionalidade considerando as demais jornadas de trabalho.

2. A tese da autora posta no sentido de que, independentemente da carga horária, os profissionais do Magistério Público da Educação Básica, em qualquer hipótese, não devem receber remuneração inferior ao teto previsto na Lei Federal, não merece acolhida, pois se assim fosse, restariam violado os princípios da moralidade e da isonomia, previstos no art. 37, Caput, da Constituição Federal.



225

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3. A autora na exordial não comprova ter carga horária semanal de 40 horas e, conforme a Lei Ordinária nº 11.738/2008, somente ao profissional do magistério com tais horas semanais é assegurado o piso salarial no valor de R\$ 950,00 (valor histórico).

4. A par das fichas financeiras e contracheques insertos com a inicial, vê-se que a autora em fevereiro de 2009, tinha vencimento base no valor de R\$ 588,00, em julho de 2010, este passou para R\$ 705,00, em fevereiro de 2012, alcançou o patamar de R\$ 1.081,50, respeitada a proporcionalidade.

5. O art. 55 da Lei Municipal nº 535/2011 estabelece para o ocupante de cargo de professor da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental uma jornada de trabalho de 150 horas/aula mensais, sendo 125 horas/aula de efetivo exercício em sala de aula e 25 horas/aula para atividades pedagógicas, estando assim em desarmonia com o preceituado no § 4º, do art. 2º, da lei 11.738/2008 que, por sua vez, determina que os entes da federação destaque um terço da jornada de trabalho total para as atividades extraclasses.

6. Todavia, apesar da previsão destoante do texto legislativo municipal, nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar que a autora permanece efetivamente em sala de aula 125 horas/aula mensais e tão somente 25 horas/aula em atividades pedagógicas extraclasses. Para o reconhecimento do direito da autora nos termos fundados na sentença, haveria de existir prova contundente de que a mesma efetivamente tinha jornada de 125 horas em sala de aula, pois nos exatos termos do I, do art. 333 do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo de seu direito.

7. Reexame Necessário provido, sem discrepância. Prejudicado o recurso voluntário.



226

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0335894-7. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 17/06/2014, à unanimidade de votos, em dar provimento ao Reexame Necessário, julgando improcedente o pedido da exordial, prejudicando os Recursos Voluntários, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Publique-se e Intimem-se.

Recife, 18/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



217
E

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335894-7

Autor: Município de Correntes

Advogado: Dr. Joseylton Anderson de Vasconcelos

Réu: Adenilsa Lino da Silva

Advogado: Dr. Marcos Antônio Inácio da Silva

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário e recurso de apelação cível que pairam sobre sentença que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, julgou procedente o pedido formulado na inicial, para condenar o Município de Correntes a pagar à parte autora, as diferenças remuneratórias a serem apuradas em liquidação, decorrentes de pagamento da remuneração de valores inferiores ao piso estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, desde Janeiro de 2009, além de condenar ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados à ordem de 15% do valor da condenação.

O Município de Correntes interpôs o presente recurso de apelação, alegando – resumidamente – em suas razões, que:

1. Vem cumprindo o pagamento dos valores perseguidos, conforme o que estabelece a legislação de tratamento, devendo os valores observarem a proporcionalidade em relação a jornada de trabalho;
2. A própria Lei que estabeleceu o Piso Salarial dos Professores do Magistério estabelece que as vantagens pecuniárias pagas a qualquer título, componham o valor do Piso no ano de 2009 (Lei nº 11.738/2008, art. 3º, §2º);
3. O Supremo Tribunal Federal – STF decidiu que a Lei nº 11.738/2008 passa a considerar o conceito de piso como vencimento inicial da carreira somente a partir de 27 de abril de 2011.

Nas contrarrazões apresentadas, busca o apelado, a manutenção da sentença recorrida, sob o argumento de que os princípios da Administração Pública foram violados e que a Lei nº

11.738/2008 é constitucional, devendo ser observados seus efeitos financeiros a partir de 2009.

Remetidos os autos ao MP-PE, concluiu pela desnecessidade de sua intervenção, conforme parecer de fls. 213/214 dos autos.

É o relatório.

Ao revisor.

Recife, 03 de junho de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



227

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0335894-7

Autor: Município de Correntes

Advogado: Dr. Joseylton Anderson de Vasconcelos

Réu: Adenilsa Lino da Silva

Advogado: Dr. Marcos Antônio Inácio da Silva

Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

A presente demanda prende-se ao reexame específico de sentença que, nos autos da Ação Ordinária de Cobrança, julgou procedente o pedido formulado na inicial, para condenar o Município de Correntes a pagar à parte autora, as diferenças remuneratórias a serem apuradas em liquidação, decorrentes de pagamento da remuneração de valores inferiores ao piso estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, desde Janeiro de 2009, além de condenar ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados à ordem de 15% sobre o valor da condenação.

Sustenta que o Município de Correntes não tem cumprindo a decisão do STF, uma vez que não vem sendo pago corretamente o piso nacional dos profissionais do magistério público de educação básica, pois com o fito de atingir o patamar mínimo estabelecido pela Lei Federal, estão sendo acrescidos ao salário base, vencimentos e outras vantagens de cunho pessoal da autora.

Assevera ainda que depois da decisão da Corte Suprema, na composição do piso salarial não poderão ser consideradas as gratificações e outros adicionais, mas tão somente o vencimento básico do professor com jornada de, no máximo 40 horas semanais de trabalho (abrangendo, portanto, jornada de 30, 25, 20 horas até o limite de 40 horas semanais).

A sentença, conforme antes relatado, condenou o Município de Correntes a pagar em favor da autora, ora recorrida, as diferenças remuneratórias a serem apuradas em liquidação decorrentes de pagamento de valores inferiores ao piso estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, desde janeiro de 2009, bem como para determinar a imediata adequação da remuneração ao piso salarial nacional.

Tenho que o *decisum* merece reforma. Explico.



228

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nos termos da Lei Federal 11.738/2008:

Art. 2º - O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

§ 1º O piso salarial profissional nacional é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das Carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º Por profissionais do magistério público da educação básica entendem-se aqueles que desempenham as atividades de docência ou as de suporte pedagógico à docência, isto é, direção ou administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacionais, exercidas no âmbito das unidades escolares de educação básica, em suas diversas etapas e modalidades, com a formação mínima determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

§ 3º Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

§ 5º As disposições relativas ao piso salarial de que trata esta Lei serão aplicadas a todas as aposentadorias e pensões dos profissionais do magistério público da educação básica alcançadas pelo art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e pela Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 3º O valor de que trata o art. 2º desta Lei passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2008, e sua integralização, como vencimento inicial das Carreiras dos profissionais da educação básica pública, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios será feita de forma progressiva e proporcional, observado o seguinte:

I - (VETADO);

II - a partir de 1º de janeiro de 2009, acréscimo de 2/3 (dois terços) da diferença entre o valor referido no art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, e o vencimento inicial da Carreira vigente;

III - a integralização do valor de que trata o art. 2º desta Lei, atualizado na forma do art. 5º desta Lei, dar-se-á a partir de 1º de janeiro de 2010, com o acréscimo da diferença remanescente.

§ 1º A integralização de que trata o caput deste artigo poderá ser antecipada a qualquer tempo pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º Até 31 de dezembro de 2009, admitir-se-á que o piso salarial profissional nacional compreenda vantagens pecuniárias, pagas a



229

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

qualquer título, nos casos em que a aplicação do disposto neste artigo resulte em valor inferior ao de que trata o art. 2º desta Lei, sendo resguardadas as vantagens daqueles que percebam valores acima do referido nesta Lei.

Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite do disposto no inciso VI do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao Ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação de que trata o caput deste artigo.

§ 2º A União será responsável por cooperar tecnicamente com o ente federativo que não conseguir assegurar o pagamento do piso, de forma a assessorá-lo no planejamento e aperfeiçoamento da aplicação de seus recursos.

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar ou adequar seus Planos de Carreira e Remuneração do Magistério até 31 de dezembro de 2009, tendo em vista o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, conforme disposto no parágrafo único do art. 206 da Constituição Federal.

Art. 7º (VETADO)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A constitucionalidade desta Lei foi impugnada e quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4167/DF, de Relatoria do Ministro Joaquim Barbosa Moreira, em 24/08/2011, o Supremo Tribunal Federal proferiu julgamento em decisão assim ementada:

"CONSTITUCIONAL. FINANCEIRO. PACTO FEDERATIVO E REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIA. PISO NACIONAL PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA. CONCEITO DE PISO: VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO GLOBAL. RISCOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO. JORNADA DE TRABALHO: FIXAÇÃO DO TEMPO MÍNIMO PARA DEDICAÇÃO A ATIVIDADES EXTRACLASSE EM 1/3 DA JORNADA. ARTS. 2º, §§ 1º E 4º, 3º, CAPUT, II E III E 8º, TODOS DA LEI 11.738/2008. CONSTITUCIONALIDADE. PERDA PARCIAL DE



230

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

OBJETO. 1. Perda parcial do objeto desta ação direta de inconstitucionalidade, na medida em que o cronograma de aplicação escalonada do piso de vencimento dos professores da educação básica se exauriu (arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008).

2. É constitucional a norma geral federal que fixou o piso salarial dos professores do ensino médio com base no vencimento, e não na remuneração global. Competência da União para dispor sobre normas gerais relativas ao piso de vencimento dos professores da educação básica, de modo a utilizá-lo como mecanismo de fomento ao sistema educacional e de valorização profissional, e não apenas como instrumento de proteção mínima ao trabalhador. 3. É constitucional a norma geral federal que reserva o percentual mínimo de 1/3 da carga horária dos docentes da educação básica para dedicação às atividades extraclasse. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. Perda de objeto declarada em relação aos arts. 3º e 8º da Lei 11.738/2008 (STF, Tribunal Pleno, ADI 4167/DF, Relator Ministro JOAQUIM BARBOSA, Dj. 27.4.2011, publ. 24.8.2011).

Conforme acima demonstrado, a autora argumenta que a Lei Federal nº 11.738/2008 que institui o piso nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, fixou-o independentemente da jornada, sustentando que o artigo 2º, §1º, da predita lei, é claro ao estabelecer que o valor do piso deva ser para carga horária de até 40 horas semanais, ou seja, fixou o limite máximo que não poderá ser excedido, portanto, como ponto de partida e não como salário médio ou remuneração.

Uma leitura sistemática dos dispositivos da lei mencionada, em cotejo com o princípio constitucional da isonomia, revela que o argumento não procede. A própria ideia de piso fica sempre referenciada a uma determinada jornada de trabalho.

Para ilustrar, vale trazer à colação ementários da Justiça Especializada, que considera lícito o pagamento do piso salarial proporcional ao tempo trabalhado. Veja-se:

"RECURSO DE REVISTA. PISO SALARIAL PROPORCIONAL À JORNADA REDUZIDA. POSSIBILIDADE. Não havendo norma especial, aplica-se ao digitador a regra geral do art. 7º, XIII, da CF, que estabelece jornada diária de oito horas, pois não há lei que estabeleça jornada especial. Ademais, a decisão do TRT está em consonância com a OJ nº 358 da SBDI-1 do TST, segundo a qual: havendo contratação para cumprimento de jornada reduzida, inferior à previsão constitucional de oito horas diárias ou quarenta e quatro semanais, é lícito o pagamento do piso salarial ou do salário mínimo proporcional ao



231

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

tempo trabalhado.- Recurso de revista de que não se conhece". (RR 105620125080202 10-56.2012.5.08.0202. Sexta Turma. 08.11.2013. Rel. Kátia Magalhães Arruda).

"PISO SALARIAL. PROPORCIONALIDADE À JORNADA CONTRATADA. O piso salarial previsto na convenção coletiva remunera 8 horas diárias. O trabalhador que cumpre jornada de 4 horas deve receber o valor proporcional à jornada reduzida, estando observado o valor do piso salarial/hora" (TRT 3ª Região, Processo 01030-2010-109-03-00-2 RO, DJ 24/01/2011).

Ora, se no âmbito municipal existem professores com cargas diferenciadas, ou seja, inferiores a 40 horas/aulas semanais, é lícito que estes recebam o pagamento do piso salarial proporcional ao tempo trabalhado.

O próprio parágrafo 3º do artigo 2º da Lei Federal 11.738/2008 autoriza a redução do piso salarial de conformidade com jornada de trabalho. Com certeza, não se pode pensar de forma lógica e justa, que o legislador ordinário determinou um piso unificado para os profissionais aludidos, independentemente da jornada de trabalho, pois se assim fosse, restaria violado os princípios da moralidade e da isonomia previstos no art. 37, Caput, da Constituição Federal.

Notadamente, outra conclusão não se pode chegar, a não ser que o piso dos profissionais do magistério poderá ser proporcional à carga horária, mas aqueles que trabalham 40 horas semanais não poderão ter vencimento base fixado abaixo do teto que, de conformidade com a Lei Federal, em valor histórico era de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Assim, não merece acolhida a tese da autora no sentido de que, independentemente da carga horária, os profissionais do Magistério Público da Educação Básica, em qualquer hipótese, não devem receber remuneração inferior ao teto previsto na Lei Federal.

Assentadas as razões acima, há de se perquirir se a autora faz jus ao recebimento de seu vencimento base no valor máximo ou de forma proporcional à jornada de trabalho e, ainda, se a municipalidade vem respeitando a determinação da Lei Federal nº 11.738/2008, com a adequação do vencimento base dos professores, bem como promovendo os reajustes anuais, conforme previsão legal e, ainda, se no âmbito municipal de Correntes há o resguardo de um terço da carga horária para as atividades extra-aula.



232

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com efeito, da narrativa da peça vestibular da ação ordinária, depreende-se que em momento alguma a autora assevera que exerce jornada de trabalho de 40 horas aulas semanais. Na verdade, ela defende que o vencimento básico do professor com jornada de, no máximo 40 horas semanais de trabalho, abrange as jornadas de 20, 25 e 30 horas semanais. Portanto, a formulação do pedido inicial, não se ampara no fato de que o Município de Correntes esteja lhe pagando em desrespeito às 40 horas semanais trabalhadas, mas sim, que o valor é devido independentemente da carga horária alcançar o patamar da máxima prevista na Lei Ordinária.

Em sua peça de apelo, o Município de Correntes defende não haver qualquer ilegalidade no vencimento base da autora, pois o piso se encontra fixado de forma proporcional à carga horária de 30 horas semanais e, ao se pronunciar sobre a apelação, em suas contrarrazões a parte recorrida não se contrapôs a respeito de tal assertiva.

Por sua vez, a par das fichas financeiras e contracheques insertos com a inicial, vê-se que a autora em fevereiro de 2009, tinha vencimento base no valor de R\$ 588,00, em julho de 2010, este passou para R\$ 705,00, em fevereiro de 2012, alcançou o patamar de R\$ 1.081,50.

Ora nesses anos a evolução do piso salarial dos professores foram o seguinte: em 2009, R\$ 950,00; em 2010, R\$ 1.024,67, em 2011, R\$ 1.187,08 e para 2012, R\$ 1.451,00. Se a autora não tinha carga jornada de 40 horas semanais, coube ao Município realizar o pagamento de seu vencimento base de conformidade com as horas semanais trabalhadas, ou seja, de forma proporcional.

Com efeito, considerando as provas documentais acostada com a exordial, não há como abraçar a tese da autora asseverativa de que o Município, com o fim de atingir o valor expresso na lei ordinária, estar procedendo com os acréscimos de vantagens de cunho pessoal da autora.

Assim, tenho que se encontram ultrapassadas as duas primeiras questões, quais sejam: à relativa ao não reconhecimento do direito da autora a perceber o vencimento básico no valor máximo, como se sua jornada de trabalho fosse de 40 horas/aulas,



233

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

bem como que a municipalidade observou a implantação do valor previsto na Lei Ordinária nº 11.738/2008, com seus respectivos ajustes anuais.

Notadamente, uma outra questão que necessita ser reexamina diz respeito à alegação de inobservação pelo Município de Correntes quanto ao resguardo de um terço da jornada de trabalho do profissional do magistério para promoção de atividades pedagógicas extraclasse.

Ao se pronunciar sobre a importância da fração da jornada de trabalho do professor ser destinada a atividades extra-aulas, no julgamento da ADin nº 4.167, o Ministro Ricardo Lewandowski assim se pronunciou:

"Eu ousaria, acompanhando agora a divergência iniciada pelo Ministro Luiz Fux, entender que o § 4º também não fere a Constituição pelos motivos que acabei de enunciar, pois a União tem uma competência bastante abrangente no que diz respeito à educação. Eu entendo que a fixação de um limite máximo de 2/3 (dois terços) para as atividades de interação com os alunos, ou, na verdade, para as atividades didática, direta, em sala de aula, mostra-se perfeitamente razoável, porque sobrarão apenas 1/3 (um terço) para as atividades extra-aula. Quem é professor sabe muito bem que essas atividades extra-aulas são muito importantes. No que consistem elas? Consistem naqueles horários dedicados à preparação de aulas, encontros com pais, com colegas, com alunos, reuniões pedagógicas, didáticas; portanto, a meu ver, esse mínimo faz-se necessário para a melhoria da qualidade de ensino e também para a redução das desigualdades regionais".

É do teor do § 4º, do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/2008, que os Entes de Direito Público Interno devem observar na composição da jornada de trabalho dos profissionais do magistério público o limite máximo de dois terços da carga horária para atividades em sala de aula, e, por consequência lógica, um terço para atividades extraclasse. Veja-se:

"Art. 2º (...)

§ 4º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos".

Como cediço, o julgamento da ADin nº 4.167 ocorreu em abril de 2011, obrigando os entes da federação a organizar as jornadas de trabalho dos docentes públicos de acordo com o disposto



234

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

acima transcrito. O Município de Correntes, em data posterior, ou seja, em 26 de agosto de 2011, aprovou a Lei nº 535, que reestruturou o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Pessoal do Quadro do Sistema Público Municipal de Educação e, em seu art. 55 consta o seguinte:

"Art. 55. Ao ocupante de cargo de Professor da Educação Infantil e das séries/anos iniciais do Ensino Fundamental, fica estabelecida a jornada de trabalho de 150 (cento e cinquenta) horas/aulas mensais, sendo 125 (cento e vinte e cinco) horas/aula de efetivo exercício em sala de aula e 25 (vinte e cinco) horas/aula para atividades pedagógicas.

Parágrafo único. As horas/aula para atividades pedagógicas estabelecidas no caput deste artigo é tempo remunerado de que dispõe o (s) Professor(a) para planejamento, pesquisa e avaliação das atividades pedagógicas e deverão 50% (cinquenta por cento) delas serem vivenciadas no recinto da escola ou local estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação"

Considerando o total da jornada de trabalho prevista no *caput* do dispositivo municipal acima transcrito, ou seja, 150 horas/aula mensais, sendo 125 horas/aula de efetivo exercício em sala de aula e 25 horas/aula para atividades pedagógico-extraclasses, tem-se que não fora devidamente observado pelo Município recorrente a proporção de um terço como determinado no § 4º, do art. 2º da Lei 11.738/2008.

Com efeito, tal fato levou o togado monocrático a julgar o feito procedente, por reconhecer, de conformidade com a Lei Municipal nº 535/2011, que se os professores trabalham em sala 125 horas, em atenção à proporcionalidade determinada na Lei nº 11.738/08, devem dispor de um terço desse tempo para as atividades pedagógicas nos exatos termos descritos no parágrafo único do art. 55, já transcrito, ou seja, 62,5 horas, devendo ser remunerado por estas, e não por 25 horas, como determina a Lei Municipal.

Entendeu o magistrado sentenciante em corrigir o sistema estabelecido no âmbito municipal para reconhecer que a jornada base para o cálculo do piso de professor titular de cargo com jornada de 150 horas/aula, na verdade, é de $125 + 62,5 = 187,5$ horas/aula mensais. Valor esse que deve ser dividido pelo quantitativo mensal de 4,5 (número de semanas médio do mês), perfazendo uma jornada semanal de 41,66 horas.



235

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Tenho que, na espécie, não deve prosperar o assentado no *decisum*. Apesar de o texto legislativo municipal prever uma carga horária de 150 horas/aula mensais de jornada para os docentes, nenhuma prova foi produzida no sentido de demonstrar que a autora permanece efetivamente em sala de aula 125 horas/aula mensais e tão somente 25 horas/aula em atividades pedagógicas extraclases.

Ao contrário do entendimento assentado na sentença, tenho que devam ser levados em consideração os cálculos apresentados pela municipalidade, tomando como base a jornada de trabalho semanal de 30 horas/aula, para demonstrar o tempo real despendido pelo professor na promoção de suas atividades de interação com os educandos em sala de aula. Para concluir que os professores da rede pública municipal permanecem em sala de aula no máximo 100 horas/aula mensais, houve por considerar a hora/aula ter duração de 50 minutos, o horário do recreio e a média de dias úteis no mês, que de regra é de 22 dias.

Ora, volto a afirmar que para o reconhecimento do direito da autora nos termos fundados na sentença, haveria de existir prova contundente de que aquela efetivamente tinha jornada de 125 horas em sala de aula, pois nos exatos termos do I, do art. 333 do Código de Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo de seu direito.

Ressalto ainda que, ao contrário do afirmado pelo togado monocrático, não há que se falar em enriquecimento ilícito da administração municipal. No caso concreto, este apenas se afiguraria se restasse comprovada a jornada de trabalho nos termos da condenação. Evidentemente, mesmo diante da razão da lei que prevê uma determinada jornada de trabalho, não cabe a contraprestação total se esta não é cumprida em sua integralidade.

Assim, acaso o vencimento básico da autora estivesse sendo calculado no valor máximo e, na verdade, esta apenas tivesse jornada de trabalho de 30 horas semanais, como reconhecido, restaria sim, configurado seu enriquecimento sem causa e, em contrapartida, improbidade administrativa do gestor público.

Ante tais considerações, voto no sentido de dar provimento ao reexame necessário para, em consequência, julgar improcedente o pedido formulado na inicial. Prejudicado o recurso voluntário.



236

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Com inversão da condenação da verba honorária,
submetida aos ditames previstos no art. 12, da Lei nº 1.060/50.

É como voto.

Recife, 18 de 06 de 2014.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barrêto

Reexame necessário e apelação cível nº 335894-7

Apelante: Município de Correntes.

Apelada: Adenilsa Lino da Silva.

VOTO DE REVISÃO

Após análise das questões de fato e de direito debatidas nos presentes autos, estou convencido do acerto do voto do eminente relator, razão pela qual voto no mesmo sentido, negando provimento ao reexame necessário, declarando prejudicado o apelo, com inversão do ônus da sucumbência.

Recife, 18 de 06 de 2014

Des. Ricardo Paes Barrêto
Revisor